

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL
CARGO DE PROFESSOR DOUTOR – MS-3.1

A Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 1(um) cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Economia Internacional, na disciplina CE-682 Economia Internacional III, do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 1.592,14
- b) RTC – R\$ 4.041,51
- c) RDIDP – R\$ 9.185,10

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão recebidas todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE –, no horário das 09 às 12 e das 14 às 17 horas, na Secretaria do Instituto de Economia, situado na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo.

Endereço: Rua Pitágoras, 353

3.2. A inscrição será efetuada mediante requerimento dirigido ao(a) Diretor(a) do Instituto de Economia, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a ata da defesa de sua Tese de Doutorado, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. Os candidatos que tenham obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovados, deverão obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

b) documento de identificação pessoal, em cópia;

c) sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

c.1. títulos universitários;

c.2. curriculum vitae et studiorum;

c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;

c.4. títulos honoríficos;

c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial;

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao(a) Diretor(a) do Instituto de Economia, que a submeterá ao Departamento, ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a área em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à Congregação da Unidade, que encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação à deliberação da Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE.

3.3.2. O requerimento de inscrição no concurso será deferido se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes na Sessão da CEPE.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão indicados pela Congregação da Unidade e aprovados pela CEPE.

4.1.2. Pelo menos dois membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Poderão integrar a Comissão Julgadora profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do país ou do exterior.

4.3. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas:

- a)** prova específica (peso 2);
- b)** prova de títulos (peso 2);
- c)** prova de arguição (peso 3);
- d)** prova didática (peso 3).

5.2. A prova específica consistirá de:

a) uma prova escrita dissertativa, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.2.1. No início da prova específica, a Comissão Julgadora fará a leitura do(s) ponto(s) da prova escrita dissertativa, concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos.

O ponto sorteado para a prova específica será excluído do sorteio da prova didática, como também os demais pontos correlatos àquela disciplina.

5.2.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.2.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova específica escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.2.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.2.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova específica, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.3. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato.

5.3.1. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.

5.4. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

- 5.4.1.** Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.
- 5.4.2.** Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitado, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.
- 5.5.** A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.
- 5.5.1.** A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.
- 5.5.2.** A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.
- 5.6.** As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.
- 5.7.** A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

- 6.1.** As provas de títulos, arguição, didática e específica terão caráter classificatório.
- 6.1.1.** A prova específica também terá caráter eliminatório, caso compareçam mais de 08 (oito) candidatos.
- 6.1.1.1.** Na hipótese da prova específica ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:
- ao final da prova específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.2 deste edital;
 - após a atribuição das notas, o resultado da prova específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;
 - serão considerados aprovados na prova específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;
 - somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova específica;
 - as notas atribuídas na prova específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.
- 6.2.** Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).
- 6.2.1.** As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora e colocadas em envelope lacrado e rubricado, após a realização de
-

cada prova. Ao final de todas as provas do concurso, em sessão pública, os envelopes serão abertos pela Comissão Julgadora.

6.2.2. Caso a prova específica não tenha caráter eliminatório, a nota atribuída nesta prova deverá ser divulgada no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. Ao término das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, que será a média ponderada das notas atribuídas pelo examinador ao candidato.

6.3.1. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s), de acordo com as notas finais obtidas nos termos do item anterior. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, da qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do presente concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

6.5.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.4. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será efetivado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subsequentemente até a classificação do último candidato aprovado.

6.5.4.1. Para as classificações seguintes deverão ser desconsideradas as indicações do candidato já classificado e considerada a ordem de classificação feita por cada um dos examinadores para os candidatos remanescentes.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação do Instituto de Economia, que só poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, quando unânime, ou por maioria absoluta, também de seus membros presentes, quando o parecer apresentar apenas três assinaturas concordantes dos membros da Comissão Julgadora.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no site da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site www.sg.unicamp.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 1(um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2.c) entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria do Instituto de Economia. Após este prazo, se não retirados, os memoriais poderão ser descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-03/03

9.8.1. Cópia(s) da(s) Deliberação(ões) mencionada(s) poderá(ão) ser obtida(s) no sítio www.sg.unicamp.br ou junto à Secretaria da(o) Instituto de Economia, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

Anexo I – Programas das Disciplinas CE 682 ECONOMIA INTERNACIONAL III

1. A TRANSIÇÃO PÓS-BRETTON WOODS E A REAFIRMAÇÃO DO DÓLAR (1973-1983)

2. O SISTEMA MONETÁRIO-FINANCEIRO INTERNACIONAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

3. A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PADRÃO INDUSTRIAL E A GLOBALIZAÇÃO PRODUTIVA

4. RECUPERAÇÃO DESEQUILIBRADA DA ECONOMIA MUNDIAL (ANOS 1990)

4.1. OS PAÍSES CENTRAIS: O “BOOM” AMERICANO, A PROSTRAÇÃO DO JAPÃO E A UNIFICAÇÃO MONETÁRIA EUROPÉIA

4.2. A INSERÇÃO DA PERIFERIA LATINO-AMERICANA E ASIÁTICA E AS CRISES FINANCEIRAS

5. A DINÂMICA DA ECONOMIA INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI

5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FASE DE BOOM

5.2. A CRISE ECONÔMICA GLOBAL (BIBLIOGRAFIA A SER SEPARADA EM OBRIGATÓRIA E COMPLEMENTAR)

5.3. A METAMORFOSE DA CRISE: O IMPACTO NOS PAÍSES EMERGENTES E A CRISE DO EURO (BIBLIOGRAFIA A SER SEPARADA EM OBRIGATÓRIA E COMPLEMENTAR)

Bibliografia

Aizenman J., Lee, J. (2005). International Reserves: precautionary versus mercantilist views, theory and evidence. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (Working Paper n.11366). Disponível em: [http: www.nber.com](http://www.nber.com).

Arestis, P.; McCauley, K.; Sawyer, M. (1999) From common market to Emu: a historical perspective of European Economic and Monetary Integration. The Levy Economics Institute of Bard College (Working papers n.263).

ARESTIS, P; SAWYER, M. (2011) The Design Faults of the Economic and Monetary Union, Journal of Contemporary European Studies, Vol. 19, No. 1, 21-32, March 2011

IZENMAN J., LEE, J. (2005). International Reserves: precautionary versus mercantilist views, theory and evidence. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (Working Paper n.11366). Disponível em: [http: www.nber.com](http://www.nber.com).

AKYÜZ, Yilmaz (2004) "Trade, foreign direct investment and industrialization in developing countries. Tradução brasileira – "Impasses do desenvolvimento", Novos Estudos, no. 72. São Paulo: Cebrap, julho de 2005, p. 41-56.

BAER, Monica (1990) "Mudanças e tendências dos mercados financeiros internacionais na década de 1980", Pensamiento Iberoamericano, no. 18, Madrid, p. 65-81.

BAER, Monica (1991) Política da dívida externa: estudos especiais sobre a década de 80. São Paulo: Fundação Seade e Cebrap.

BATISTA JR., P. N. (1996) O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. Estudos Avançados n. 28, set/dez 1996, pp. 129-97 (ler até p. 133).

BELLUZZO, L.G.M. (1995) "O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados". Revista Economia e Sociedade, No. 4. Campinas: IE/Unicamp, p. 11-20.

BELLUZZO, L. G. (2006) "As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais", Política econômica em foco n.7 . Campinas: IE/Unicamp, seção I.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga Mello (1997) "Dinheiro e as transfigurações da riqueza", in TAVARES, M. Conceição & FIORI, José Luís (Orgs.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 171-193.

BIANCARELI, A. M. (2008). A globalização financeira e os países em desenvolvimento: em busca de uma visão crítica. Artigo apresentado no I Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, Campinas-SP, abril.

BIANCARELI, A. (2010). A visão convencional sobre a abertura financeira e suas mutações recentes. Revista de Estudos Econômicos, 40 (4), pp. 917-42.

BORIO, Claudio (2001) "A hundred ways to skin a cat: comparing monetary policy operating procedures in the United States, Japan and the euro area", in: Comparing monetary policy operating procedures across the United States, Japan and the euro area. Basle: Bank for International Settlements/Monetary and Economic Department (BIS Papers, no. 9, p. 1-22).

BORIO, Claudio & LOWE, Philip (2002) "Asset prices, financial and monetary stability: exploring the nexus", BIS Working Papers, no. 114. Basle: Bank for International Settlements (<http://www.bis.org>).

BLACKBURN, R. (2008) The Subprime crisis, New Left Review, n. 50, London, Mar./Apr., p.63-106, 2008.

BLOCK, F. (1980) Las orígenes del desorden económico internacional, México, Fondo de Cultura (re-editado en 1987), cap. 7 e 8.

CANUTO, O. (1994). Os (des)caminhos da industrialização tardia. São Paulo: Nobel. cap. 2 (2.3 e 2.4), cap. 4 e 5.

CARVALHO, F. C. et al (2000). Economia Monetária e Financeira: teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, cap. 18.

CHESNAIS, F. (1994) A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996, cap. 9.

CHESNAIS, F. (1995) "A globalização e o curso do capitalismo de fim de século", Economia e Sociedade, Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, dezembro /95.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo (2000) "A dinâmica do novo regime monetário-financeiro americano: uma hipótese de interpretação", Revista Estudos Avançados, No. 39. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, p. 103-141.

CINTRA, M. A. M; PRATES, D. M. (2011) Os países em desenvolvimento diante da crise financeira global. In: Acioly, L.; Leão, R. P. F. Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil – Livro 2. Brasília: Ipea.

COHEN, B. (2013) The euro today: is there a tomorrow? Department of Political Science University of California, Santa Barbara

CONTI, B. (2011). Políticas cambial e monetária: os dilemas enfrentados por países emissores de moedas periféricas. Unicamp/Université de Paris XII (Tese de Doutorado), cap. 1.

CORTE, Carla C. L. (2002) O sistema financeiro alemão e o financiamento do investimento: condicionantes históricos no novo marco institucional. Campinas: IE/Unicamp, capítulo 2.

COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1982) "Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974", in: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (Orgs.) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 9-36. (existe uma edição nova do INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP).

COUTINHO, L. (1992) "A terceira revolução industrial e tecnológica", Economia e Sociedade, n.1, Campinas, Instituto de Economia, Unicamp.

COUTINHO, L. (1995) "Nota sobre a natureza da globalização", Economia e Sociedade, n.4, Campinas, Instituto de Economia, Unicamp.

COUTINHO, L.G. & BELLUZZO, L.G.M. (1997) "Desenvolvimento e Estabilização sob Finanças 'Globalizadas'" em Economia e Sociedade, no. 7, Campinas, IE/Unicamp.

COUTINHO, Luciano G. (1982) "Percalços e problemas da economia mundial capitalista", in: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (Orgs.) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Editora

Brasiliense, p. 37-55. (existe uma edição nova do INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP).

CUNHA, A. (2001) Crise no Pacífico Asiático: causas e conseqüências. Instituto de Economia, Unicamp - Tese de doutorado (cap.3)

DOOLEY, M; FOLKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. (2002) An essay on the revived Bretton Woods System. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (Working Paper n. 9971). Disponível em: <http://www.nber.org>.

DULLIEN, S.; FRITZ, B.; MÜHLICH, L. (2013) Regional Monetary Cooperation: Lessons from the Euro Crisis for Developing Areas? World Economic Review.

EICHENGREEN, B. (2000) A globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: Editora 34, cap. 4 (último item) e 5 (introdução e primeiro item).

EICHENGREEN (1996), cap. 5, pp. 202-247.

EVANS, T. (2010). Five explanations for the internacional financial crisis. Berlin: Institute for Internacional Political Economy (Working Paper n. 8/2010).

FARHI, M.; CINTRA, M. A. M (2008). A crise financeira e o global shadow financial system. Novos Estudos, n. 82. São Paulo: Cebrap, pp.35-55

FARHI, M. (2011) Os dilemas da política econômica na "pós-crise", Texto de Discussão IPEA.

FARHI, M. (2013) Estados e mercados na crise financeira. Revista de Economia da Política (no prelo)

FERREIRA, C. K. L & FREITAS, M. C. P. (1990). Mercado internacional de crédito e inovações financeiras. São Paulo, IESP/FUNDAP. Estudos de Economia do Setor Público. n.1, janeiro.

FLASSBECK, H.; LAPAVITSAS, C. (2013) The systemic crisis of the euro – true causes and effective therapies, Studiem, Rosa Luxemburg Stiftung

FREITAS, M. Cristina Penido de & PRATES, Daniela Magalhães (1998) "Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México", Revista Economia e Sociedade, no. 11, Campinas: IE/Unicamp, p. 173-198.

FREITAS, M. C. P. (2009) Inflação mundial e preços de commodities. In: BIASOTO, Geraldo Jr. et al. (org). Panorama das economias internacional e brasileira. São Paulo: Ed. Fundap, p. 113-123.

FREITAS, M. C. P.; Cintra, M. A. M. (2008). Inflação e deflação de ativos a partir do mercado imobiliário americano, Revista de Economia Política, vol. 28, n.3, July, 2008.

FREITAS, M. C. P. (2011) A crise na área do euro, Boletim de Economia nº 10, disponível em: www.fundap.sp.gov.br.

FURTADO, J. (2000) "Globalização das empresas e desnacionalização" in LACERDA, A. C. (org., 2000) Desnacionalização. São Paulo: Ed. Contexto.

GOODHART, C. (1995). The political economy of monetary union. In: The Central Bank and the Financial System, Cambridge, Massachussets, MIT Press.

GRIFFITH-JONES, S. & SUNKEL, O. (1990) O fim de uma ilusão. São Paulo: Brasiliense, caps. 6 e 8.

- GUTTMAN, R. (1994) How credit money shapes the economy. M.E. Sharpe, New York, cap. 13.**
- GUTTMAN, R; PLIHON, D. (2010) Whither the Euro? History and Crisis of Europe's Single-Currency Project (mimeo), Université Paris-Nord.**
- HANZAWA, Edna Satomi (2004) O debate sobre a estagnação japonesa (1991-2002). São Paulo: PUC-SP (Dissertação de mestrado).**
- HIRATUKA, C. & SARTI, F. (2005) "Globalização, Comércio Internacional e Desenvolvimento Industrial: notas sobre a inserção dos países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina" Campinas: IE/Unicamp, mimeo.**
- HIRATUKA, C. Empresas Transnacionais e Comércio Exterior, 2002. Campinas: Instituto de Economia (Tese de Doutorado), cap.1.**
- IMF. World Economic Outlook. Washington, D.C. International Monetary Fund, 2009, 2010, 2011 e 2012, cap. selecionados.**
- KREGEL, J. (1998) Yes, "It" did happen again – a Minsky crisis happened in Asia. New York: The Jeromy Levy Economic Institute, 1998 (Working Paper n. 234). Disponível em: <http://www.levy.org>**
- KREGEL, J. (1999) Was there an alternative to the Brazilian crises? Brazilian Journal of Political Economy, São Paulo, v. 19, n. 3 (75), Jul./Sep.**
- LEAL, J.P.G. (1997) "A Organização Mundial do Comércio". Texto para Discussão, 517, Ipea, Brasília, D.F.**
- LEVI, Maria Luiza (1997) "Liberalização financeira, bolha especulativa e crise bancária no Japão", Revista de Economia Política, Vol. 17, no. 1 (65), São Paulo, Editora Nobel, janeiro/março, p. 40-59.**
- LIMA REGO, E.C. (1994) "Do Gatt à OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio". Texto para Discussão, BNDES 51, Rio de Janeiro, BNDES.**
- MACEDO E SILVA, A. C. (2006) A montanha em movimento: uma notícia sobre as transformações recentes na economia global Política Econômica em Foco n. 7, Instituto de Economia, Unicamp (Seção II).**
- MADDISON, Angus (1992) La economía mundial en el siglo XX. México. Fondo de Cultura Económica, caps. 7 e 8.**
- MEDEIROS, Carlos Aguiar (2004) "A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China", in: FIORI, J.L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, p. 139-177.**
- MEDEIROS, C. A. (1997) "Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina", In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. Poder e Dinheiro. Ed. Vozes. 2 ed. Rio de Janeiro, p. 279-346.**
- MOFFIT, M. (1984). O dinheiro do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, caps. 4,5,6 e 7.**
- OBSTFELD, M. E TAYLOR. A. M. (2004). Global capital markets – integration, crisis, and growth. Cambridge: Cambridge University Press, cap. 1.**
- OCAMPO, J.A. La macroeconomia de la bonanza económica latinoamericana, Revista de la Cepal, n. 93, dec., 2007.**
-

PALMA, Gabriel (2004) "Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina", in: FIORI, J.L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, p. 393-454

PLIHON, D. (1996) "Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais: um ponto de vista keynesiano". Economia e Sociedade, 7, Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, dezembro.

PRATES, D (2002). Crises financeiras nos países emergentes: uma interpretação heterodoxa. Instituto de Economia, Campinas (Tese de Doutorado), cap. 2

PRATES, D. M (2005) As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. Revista de Economia Contemporânea, 9 (2), pp. 263-268.

PRATES, D. M. (1999) A abertura financeira dos países periféricos e os determinantes dos fluxos de capitais. Revista de Economia Política, v. 19, n.1, janeiro.

PRATES, D. M (2002) Crises financeiras dos países "emergentes": uma interpretação heterodoxa. Instituto de Economia, Unicamp (Tese de doutorado) (cap. 3 até pp. 146)

PRATES, D. M. (2011) As economias emergentes no contexto da crise financeira mundial (Capítulo X). In: Oreiro, J. L.; De Paula, L.F.; Basilio, F. Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica. Recife: Editora UFPE (no prelo).

PRATES, D.M.; CUNHA. A.M. (2011) Estratégias Macroeconômicas Depois da Crise Financeira Global: o Brasil e os Emergentes, Indicadores FEE (no prelo).

UNCTAD. Trade and Development Report. Geneve: United Nations Conference on Trade and Development, 2009, 2010, 2011 e 2012 (cap. Seleccionados).

REINHART, C. & REINHART, V. (2008). Capital Flows Bonanzas: an encompassing view of the past and present. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (Working Paper n. 14321).

RODRIG, D. (2006). The social cost of foreign exchange reserves. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (Working Paper n.11952).

SERRANO, F. (2002) "Do ouro imóvel ao dólar flexível". Economia e Sociedade, Vol. 11, No. 2 (19). Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, p. 237-253.

SERRANO, Franklin (2004) "Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível", in: FIORI, J.L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, p. 179-222.

SINGH, Ajit (1997) "Acertando o passo com o Ocidente: uma perspectiva sobre o desenvolvimento econômico asiático". Economia e Sociedade, n.8, Campinas, Instituto de Economia, Unicamp.

TAVARES, Maria da Conceição (1997) "A retomada da hegemonia norte-americana", in: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (Orgs.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, p. 27-53. Esse artigo foi publicado também na Revista de Economia Política, Vol. 5, No. 2, abril/junho, 1985. São Paulo: Ed. Brasiliense.

TAVARES, M. da Conceição & BELLUZZO, L. G. M (2004) "A mundialização do capital e a expansão do poder americano", in: FIORI, J.L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, p. 111-138.

TAVARES, M. da Conceição & MELIN, L. E. (1997) "Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana", in TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.) Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, p. 55-86.

TEIXEIRA, Aloisio (2000) "O império contra-ataca: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana", Revista Economia e Sociedade, no. 15. Campinas: IE/Unicamp, p. 1-13.

TEIXEIRA, Aloisio (1999) "Estados Unidos: a 'curta macha' para a hegemonia", in: FIORI, José Luís (Org.) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, p. 155-190.

THORSTENSEN, V. (2003) Organização mundial do comércio. Aduaneiras.

TORRES Filho, E.T. (1997) "A crise da economia japonesa nos anos 1990: impactos da bolha especulativa", Revista de Economia Política, Vol. 17, no. 1 (65), São Paulo, Editora Nobel, janeiro/março, p. 5-19.

TORRES Filho, E.T. (2004) "O papel do petróleo na geopolítica americana", in: FIORI, J.L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes.

TORRES Filho, E.T. (1997). A crise da economia japonesa nos anos 1990 e a retomada da hegemonia americana. In: Tavares, M.C. & Fiori, J.L. (1997).

TORRES FILHO, E. (2008) Entendendo a crise do subprime, Visões do Desenvolvimento n.44, jan. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

UNCTAD (1994) Trade and Development Report, parte II, cap. 1 ("The visible hand and the industrialization of East Ásia").

UNCTAD (1999) Trade and development report, parte II, cap. V, pp. 99-105.

UNCTAD (2002) Trade and development report, parte II, cap. 3.

UNCTAD (2002) World Investment Report. TNC and export competitiveness. Capítulo V, 2002.

ZEILE, William J. (2003) Trade in goods within multinational companies: survey-based data and findings for the United States of America. Disponível na página eletrônica do Departamento de Comércio dos EUA – <http://www.bea.gov>.

WILLIAMSON, J. (1992) Reformas políticas na América Latina na década de 1980. Revista de Economia Política, v.12, n.1
